



41

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2010

*Contra cheias e tempestades* é uma obra inspiradora para os investigadores empenhados no estudo das questões ambientais, em particular das águas e florestas, convocando ainda uma reflexão sobre problemas de grande actualidade.

Margarida Sobral Neto

Prof. Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt

**Miguel Ángel Ladero Quesada, *Ciudades de la España Medieval. Introducción a su Estudio*, Madrid, Dykinson, 2010, 152 pp.**

*Ciudades de la España Medieval* apresenta-se como um estudo de síntese do mundo urbano, tratando todos os aspectos que a caracterizavam e definiam. Sem entrar em demasiados pormenores – o próprio subtítulo assim o esclarece – Miguel Ángel Ladero Quesada empreende a tarefa de, em aproximadamente 125 páginas, abordar todos os elementos essenciais da cidade medieval de forma brilhante e esclarecedora, sem descurar qualquer dos aspectos que se compromete analisar. Tratando-se de uma introdução ao estudo das cidades, a obra apresenta-se como ponto de partida (e não só) de qualquer estudo de história urbana medieval, desde os que se dedicam às suas características físicas até àqueles que se centram num dos seus aspectos e poderes nela implantados.

A obra inicia-se com uma introdução a que importa fazer menção, pela riqueza dos conteúdos. Nela o autor destaca a importância das cidades na Europa Ocidental e as fases de evolução urbana na Península Ibérica. Não obstante a importância destes elementos, devemos salientar que é na introdução que Ladero Quesada define o espaço geográfico indicado no título, ou seja, a “Espanña Medieval”, indicando que será considerada “a España en su realidad histórica medieval, de mediados del siglo XI a comienzos del XVI, independientemente de las divisiones políticas entre países cristianos, (...) aunque prestando atención a las singularidades de unos y otros” (p. 9). De facto, este é um aspecto que sobressai ao longo de todo o livro, onde nos apercebemos das constantes referências aos diferentes reinos ibéricos medievais. Naturalmente, entre eles conta-se Portugal, do qual o autor retira exemplos das cidades mais importantes (Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Braga,...) para ilustrar a especificidade ou semelhança do nosso país em relação aos restantes.

De modo a responder às necessidades exigidas pelos conteúdos a tratar, a obra foi dividida em oito capítulos, cada um dedicado a um dos elementos característicos da cidade medieval, a saber: regiões e cidades, paisagens urbanas,

poder económico, hierarquias sociais, poder político, poder militar, Igreja e cultura e teoria da cidade, respectivamente.

No primeiro capítulo, intitulado “Regiones y ciudades entre los siglos XI y XV”, Miguel Ángel Ladero Quesada traça a evolução cronológica das cidades da Península Ibérica, durante a Idade Média, utilizando como critério a divisão por regiões. Tal como explica na breve introdução ao capítulo, não faz uma descrição cronológica simples, optando por combiná-la com o referido critério regional. Desta forma, inicia o percurso de análise pelo Norte, dividido em três áreas, onde são mencionadas as suas principais cidades, atendendo à sua fundação ou renascimento e evolução. Não podemos deixar de salientar a importância atribuída ao Caminho de Santiago, ao longo do qual nasceram ou floresceram diversos centros urbanos, funcionando, assim, como “gran eje de urbanización desde Jaca a Compostela” (p. 13). Seguem-se as restantes áreas geográficas da Hispânia – Castela e Leão, Portugal, Aragão, Sul de Toledo e Granada e Canárias. O autor apresenta, ainda, o quadro populacional das principais cidades ibéricas nos finais da Idade Média.

O capítulo 2 (“La ciudad en sus paisajes”) é dedicado, de um modo geral, às características e planeamento urbanísticos. Numa primeira parte, o autor foca-se no espaço envolvente da cidade, considerando, por um lado, as vias de comunicação que ligavam os diversos territórios peninsulares na Idade Média, como a rede viária (em parte herdada da época romana), rios navegáveis e até a costa (via de acrescida importância em Portugal), e, por outro, os territórios rurais circundantes, que foram, lentamente, ficando sob jurisdição do centro urbano mais próximo. As outras três partes referem-se à aplicação de planos urbanos em cidades criadas de raiz, às medidas de preocupação urbanística, que incluem organização do espaço e medidas de higiene, e aos edifícios de habitação.

Seguidamente, no Capítulo 3, o autor centra-se numa das funções mais relevantes desempenhadas pela cidade, a económica, apelidando-a, mesmo, de “centro económico” (p. 61). É realçado o papel dos centros urbanos no desenvolvimento económico medieval ao incrementarem o consumo, a procura, a circulação da moeda, o artesanato. Mas Ladero Quesada chama igualmente a atenção para a dependência da cidade em relação ao mundo rural, que lhe fornecia os produtos agrários, tão fundamentais para a sua sobrevivência. Inicia-se, assim, uma análise do poder económico urbano sob três vectores essenciais: o mundo rural, o artesanato e o comércio. O capítulo termina com a distribuição espacial das actividades económicas na paisagem urbana, atendendo aos locais onde aquelas decorriam, como mercados, feiras, praças, edifícios de venda de produtos específicos (talhos, peixarias,...), entre outros.

Depois de tratado o aspecto económico, o capítulo 4 incide sobre a sociedade, intitulando-se “El orden y las jeraquías sociales”. Afirmando que “las desigualdades y jerarquías sociales por estamentos eran propias de aquellos tiempos” (p. 75), o autor começa pela descrição da classe mais elevada das sociedades urbanas, formada “por élités, aristocracias o «patriciados»” (p. 77), ou seja, aqueles que detinham o poder político local e as regalias jurídicas e fiscais. Neste caso, são estabelecidas comparações entre as elites dos diversos reinos da Península Ibérica. Abaixo dos “patriciados” encontravam-se os restantes vizinhos que não possuíam qualquer tipo de privilégio, à excepção dos gerais e outros a título pessoal e transitório. Por fim, na base da escala social, tinham lugar as minorias étnicas e sociais. No primeiro caso, contavam-se os Judeus e Muçulmanos que, apesar de tudo, podiam praticar a sua religião e até estavam sob protecção régia, mediante pagamento de tributos. As minorias sociais, cujos elementos são apelidados de marginais, eram formadas pelos indivíduos que viviam em condição precária. Além de serem descritas algumas formas de marginalidade, o autor também se debruça sobre os meios de assistência e sobre a concentração de alguns destes grupos em locais específicos da cidade, de acordo com as suas características. Devemos, apenas, salientar a ausência de referências aos leprosos enquanto grupo marginal na Idade Média. De facto, para além de uma escassa menção às leprosas, o autor não menciona este grupo, que se destacava dos restantes pelas suas características biológicas que ditavam o seu afastamento.

Miguel Ángel Ladero Quesada dedica o quinto capítulo ao poder político. Aqui é abordado o *fuero* (foral, em Portugal) enquanto elemento do direito local que contempla as normas jurídicas a ser aplicadas na vida urbana e a evolução da autonomia municipal em Castela, Portugal, Aragão e Navarra, percorrendo as principais medidas tomadas ao longo da Idade Média. Depois disso, o autor centra-se nos espaços de exercício do poder local, nos elementos simbólicos da cidade (títulos, insígnias, documentos) e na presença da monarquia em contexto urbano. Esta motivava a organização de grandes festas em sua honra, aquando das apelidadas “entradas reais”, ou devia-se a festas de coroação e até à realização de funerais régios.

O capítulo 6 (“Murallas y alcázares”) trata da função militar das cidades, função de acrescida importância na Idade Média, que se traduzia nas muralhas e alcáçovas. As muralhas, segundo o autor, “fueron uno de los signos distintivos que afirmaban la condición urbana” (p. 100). Efectivamente, a cidade correspondia àquilo que se encontrava intramuros, que estava cercado pelas muralhas. Logo a partir daqui apercebemo-nos da sua importância uma vez que, além de cercarem a cidade, serviam para afirmar a autonomia

municipal e defender o núcleo urbano em períodos de perturbação política. Por todas estas razões, ao longo da Idade Média, houve necessidade de construir ou ampliar as cercas muralhadas. Ladero Quesada fornece alguns exemplos de cidades que nos elucidam acerca do aproveitamento de estruturas anteriores, construção e manutenção das muralhas em toda a Hispânia. Segue-se uma análise das funções defensivas das muralhas e alcáçovas, em relação com os seus elementos arquitectónicos e posição que ocupavam na cidade.

No capítulo 7 é feita uma avaliação do papel da Igreja no mundo urbano, enquanto factor determinante na origem e identidade das cidades ibéricas. O capítulo inicia-se, então, com a descrição da influência da Igreja na ordenação urbana, dado que os edifícios eclesiásticos (catedrais, colegiadas, paróquias, conventos, capelas, entre muitos outros) transformaram-se em elementos essenciais da paisagem cidadina. Em seguida, é concedida atenção ao clero e à sua integração na sociedade, hierarquia interna e funções exercidas. Finalmente, o autor centra-se na economia eclesiástica, ou seja, nos rendimentos (dízimo, rendas eclesiásticas, propriedades) e despesas do clero.

O último capítulo (“Aspectos de cultura urbana y teoría de la ciudad”) trata dos aspectos culturais presentes na cidade e da teoria acerca do mundo urbano. Relativamente ao primeiro ponto são abordados os estabelecimentos de ensino urbanos e as suas actividades e evolução ao longo do tempo. Ladero Quesada analisa, deste modo, as universidades, as escolas catedrais, escolas paroquiais e escolas de gramática. Mas a educação não era a única manifestação cultural nas cidades. Com efeito, na Idade Média, as festas tinham uma elevada relevância no contexto urbano. Constituíam um momento em que a cidade mostrava os seus símbolos identitários e, sobretudo, onde eram visíveis as hierarquias sociais, nomeadamente nos lugares ocupados nas procissões por cada uma das classes. O autor atribui, naturalmente, particular destaque à festa e procissão do Corpus Christi. A parte dedicada à teoria estuda as descrições literárias, iconográficas e cartográficas, enumerando diversas obras, quer medievais, quer posteriores, que nos dão a conhecer a visão dos seus autores a respeito do mundo urbano. O capítulo termina com uma breve, mas muito oportuna, referência à transferência do modelo da cidade hispânica para a América, no século XVI, que manifesta fortes raízes medievais.

Miguel Ángel Ladero Quesada enriqueceu a obra com imagens e mapas ao longo das páginas de estudo e, ainda, no final, com uma breve bibliografia organizada tematicamente. Além disso, foram incluídos planos de dezanove cidades, recolhidos em diversas obras dos séculos XIX e XX. Devemos salientar

que entre os planos urbanos encontra-se o de Lisboa e uma imagem da cidade, retirados da obra *Atlas de cidades medievais portuguesas*<sup>3</sup>.

Concluindo, estamos na presença de uma obra que é mais um rico contributo para o conhecimento do mundo urbano medieval, abordando-o nos seus aspectos globais. Torna-se ainda mais útil à historiografia portuguesa pelas inúmeras referências à nossa realidade, em comparação com o que se passava nos restantes reinos da Hispânia medieval.

Ana Rita Rocha

Mestranda em História da Idade Média na Universidade de Coimbra

anarita.srocha@gmail.com

**Hugo Ribeiro da Silva, *O Cabido da Sé de Coimbra, Os Homens e a Instituição (1620-1670)***, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 178 pp.

A obra em análise é o resultado da tese de Mestrado do autor, em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no ano de 2005. Hugo Ribeiro da Silva viria, posteriormente, a concluir o seu Doutoramento pelo Instituto Universitário Europeu, de Florença.

Esta obra visa colmatar uma falha no conhecimento das instituições capitulares portuguesas, que parece persistir, pois têm sido muito poucos os estudos que se têm debruçado sobre tais instituições eclesiásticas. Ao contrário, por exemplo, da vizinha Espanha, onde os cabidos têm sido largamente estudados, os cabidos portugueses continuam globalmente desconhecidos na sua organização interna e no seu enquadramento social e económico, nos vários períodos da história nacional. É com este objectivo principal, de colmatar tal lacuna, que o autor abraça este estudo, para uma parte significativa do século XVII, centrado no cabido da Sé de Coimbra. Motiva-o ainda, na sua escolha espacial, a localização da cidade; a articulação de poderes que, no período em análise, nela se estabelecem; e – não menos importante – a facilidade de acesso ao fundo documental do cabido, pois que este se encontra devidamente inventariado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra.

A obra, estruturada em quatro capítulos essenciais, procura fazer o enquadramento institucional do cabido e a sua caracterização social. Para tal, o autor

---

<sup>3</sup> A. H. de Oliveira MARQUES, I. GONÇALVES, A. Aguiar ANDRADE, *Atlas de cidades medievais portuguesas*. Lisboa, 1990.